

AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO № 027/2021 REGISTRO DE PREÇOS

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O **MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Presidente Vargas, n° 157, Centro, João Neiva/ES, inscrita no CNPJ nº 31.776.479/0001-86, torna público que na data, horário e local abaixo assinalado fará realizar procedimento de licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO nº 027/2021, com amparo na Lei nº 10.520/2002, nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC 147/2014, Lei Municipal nº 2.041 de 17/03/2009, Decreto Federal nº 10.024, de 20/09/2019 e Decreto Municipal Nº 1.733/2005, Lei Complementar Estadual n.º 618/2012, Decreto Federal n.º 7.892/2013.

1. DISPOSIÇÃO PRELIMINARES

Processos Administrativos: 1.679/2021 e 1.919/2021

Modalidade: Pregão Eletrônico - PARTICIPAÇÃO

EXCLUSIVA DE MICRO EMPRESAS E/OU

EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Tipo de Licitação: Menor Preço

Regime de Execução: Indireta.

Critério de Julgamento: Menor preço por item

Repartição interessada: Secretaria Municipal de Educação – Semed e

Secretaria Municipal de Administração.

Validade da Ata de Registro de Preços: Máximo de 12 (doze) meses, contados a partir

da data da publicação da Ata, vedada sua

prorrogação.

Prazo de Validade da Proposta: Não inferior a 60 (sessenta) dias, contados a

partir da data de abertura das propostas.

OBJETO: Registrar preços para futura e eventual aquisição de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) para atender os servidores que atuam na função de Merendeira, Auxiliar de Serviços Gerais e Serventes na Secretaria Municipal de Educação, nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de João Neiva e nas dependências da Prefeitura.

2 - SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1 - O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br., mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as fases.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 2.2 INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08 h do dia 13/07/2021
- 2.3 LIMITE PARA ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08 h do dia 23/07/2021
- 2.4 DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 08:01 h do dia 23/07/2021
- 2.5 REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA.

3 - DA DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 3.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão retirar o edital no site www.joaoneiva.es.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br ou ainda solicitar através do e-mail licitacao@joaoneiva.es.gov.br, ficando obrigadas a acompanhar as publicações referentes à licitação nestes endereços eletrônicos, como também no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, tendo em vista a possibilidade de alterações e avisos sobre o procedimento.
- 3.2. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 3.3. A impugnação deverá ser enviada exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.4. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 3.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 3.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 3.7. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
- 3.8. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 3.8.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 3.9. A participação no certame, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implica na aceitação por parte dos interessados das condições nele estabelecidas.
- 3.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 3.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.
- 3.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar do certame somente pessoas jurídicas sob a condição de **Microempresa e Empresa de Pequeno Porte** e que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição.

4.2 - Não poderão participar da presente Licitação:

- a) As empresas que não se enquadrem como ME ou EPP, nos termos do Artigo 3° da Lei Complementar n° 123, de 14/12/2006, ou que, nessa condição, estejam inclusas em alguma das excludentes hipóteses do parágrafo 4° da mencionada Lei Complementar;
- b) As microempresas e empresas de pequeno porte interessadas que não atenderem a todas as condições e exigências estabelecidas para este certame, ou não apresentarem os documentos nela exigidos;
- c) As microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem em processo de falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a administração pública estadual, nos termos do art. 87, Incisos III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações;



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- d) As interessadas que estiverem em regime de falência, de fusão, de cisão, de incorporação, dissolução, liquidação ou concurso de credores;
- e) que tenha sido declarada inidônea e/ou suspensa temporariamente por qualquer órgão público federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;
- f) empresa que tenha como sócio, gerente ou diretor, Membro ou Servidor ocupante de cargo público na Prefeitura Municipal de João Neiva e na Câmara Municipal e/ou seu cônjuge.
- g) Empresas estrangeiras que não funcionam no país.
- h) esteja cumprindo suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Munícipio de João Neiva ou tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto durar o impedimento ou motivo determinante da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, bem como licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio e sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, qualquer que seja sua forma de constituição.
- i) Nenhuma empresa ou instituição vinculada a Administração Pública, será elegível para participar deste processo licitatório.
- 4.3. A participação no certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 4.4. Todos os avisos relativos aos atos praticados durante o procedimento licitatório serão dados aos licitantes através do campo mensagens do respectivo Pregão Eletrônico no sistema licitações-e, ficando sob inteira responsabilidade do licitante acompanhar o trâmite do certame.

5. CREDENCIAMENTO

- 5.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.
- 5.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 5.2.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falecom@portaldecompraspublicas.com.br.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 5.3.1. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 5.4. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 5.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 5.6. O Pregão será conduzido pelo (a) PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta licitação.

6 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 6.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 6.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 6.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
- 6.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7 - DO ENVIO DA PROPOSTA

- 7.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da sessão, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 7.1.1. A licitante deverá elaborar a sua proposta com base no edital e seus anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos necessários para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do objeto desta licitação.
- 7.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.2.1. Valor unitário e total do item:
- 7.2.2. Marca, modelo e fabricante:
- 7.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 7.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 7.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 7.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 7.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 7.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 7.8. O licitante, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações online, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:
- 7.8.1. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a participar do presente certame;
- 7.8.2. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.
- 7.9. As declarações exigidas neste edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com a proposta de preços e/ou com os documentos de habilitação.
- 7.10. A empresa licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

8 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 8.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 8.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 8.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 8.3.3. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que deverá ser levada a efeito após o seu julgamento definitivo.
- 8.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

THE MAIN OF 1988

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

9 - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
 - 9.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 9.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 9.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas).
- 9.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 9.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 9.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 9.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras Públicas, http://www.portaldecompraspublicas.com.br, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.
- 9.13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

10 - DA NEGOCIAÇÃO

- 10.1. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta pelo sistema eletrônico ao licitante que tiver apresentado o lance de menor preço, para que possa ser obtida condição mais vantajosa para a Administração.
- 10.2. A negociação será realizada através do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.3. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 10.3.1. O prazo poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, desde que solicitado por escrito, antes de findo o prazo estabelecido.
- 10.4. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitabilidade e julgamento da proposta.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

11.2. O Pregoeiro convocará o licitante para enviar, digitalmente, a proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado num prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação.

11.2.1. A proposta deve conter:

- a) Número do Pregão, nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, número do CNPJ;
- b) O preço unitário e total para cada item (ou lote) ofertado (conforme especificados no Termo de Referência (Anexo I deste Edital), bem como o valor global da proposta, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;
- c) Descrição detalhada do (s) item (s), em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência **(Anexo IA)**, com indicação da Unidade e Quantidade, Marca, Preço Unitário e Total.
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;
- e) Indicação do banco, número da conta e agência para fins de pagamento.
- 11.3. O Pregoeiro, a seu critério, poderá requisitar catálogos, folhetos, folders, fotos ou outra forma de comprovação de que os produtos ofertados atendem a especificação, que deverão ser encaminhados na forma e prazo definidos no item 11, subitem 11.2.
- 11.3.1. A arrematante deverá, quando solicitado pelo Pregoeiro, indicar o site do fabricante para que sejam comprovadas as características do objeto ofertado;
- 11.4. O não envio da proposta ajustada por meio do correio eletrônico com todos os requisitos elencados no item 11, subitem 11.2.1, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo Pregoeiro acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório contra o licitante.
- 11.5. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do produto ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais ou quando a alteração representar condições iguais ou superiores às originalmente propostas.
- 11.6. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor definido para o respectivo objeto no Termo de Referência.
- 11.6.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 11.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, serão realizadas diligências para comprovação da exequibilidade.
- 11.8. O Pregoeiro, em conjunto com a Equipe de Apoio, poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações mínimas previstas no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, salvo a juntada de documentos, para atender à exigência deste edital, findo o prazo estabelecido no item 11, subitem 11.2.
- 11.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.9.1. Nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, serão observados os procedimentos já previstos no presente edital.
- 11.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12 - DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores, ou Registro Comercial no caso de empresa individual.
- b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhadas de prova de diretoria em exercício.
- 12.1.1. A Habilitação Jurídica presta-se para observar a atividade da empresa.

12.2. REGULARIDADE FISCAL

- a) Inscrição no CNPI Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- b) Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União **Certidão Conjunta** PGFN e RFB;
- c) Prova de regularidade perante a **Fazenda Estadual** sede da Licitante;
- d) Prova de regularidade perante a **Fazenda Municipal** da Sede da Licitante;



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- e) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS;
- f) Prova de Regularidade perante a **Justiça do Trabalho** (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

12.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, material de natureza semelhante ao indicado neste edital. A comprovação de que forneceu material compatível com o objeto desta licitação, será feita por meio de apresentação de atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da pessoa jurídica de direito Público ou Privado tomador do fornecimento.

12.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- 12.4.1. Apresentação de **CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL** emitida pelo Cartório Distribuidor da sede ou domicílio da empresa licitante, ou através da internet com expedição de até 60 (sessenta) dias da data de abertura da sessão pública do Pregão.
- a) Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

12.4.2. REGULARIDADE SOCIAL

- a) A empresa licitante deverá apresentar a **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DO ART. 7º, XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ANEXO IV**, atestando que não possui em seu quadro de empregado (s), menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.
- b) Declaração de Comprometimento, conforme modelo constante do ANEXO V.
- 12.4.3. As Certidões Negativas de Débitos exigidas no item 12.2, **deverão conter o mesmo CNPJ** do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto apresentado pela Licitante no momento do Credenciamento.
- 12.4.4. Figuram como exceções as Certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa Matriz quanto as Filiais (INSS e PGFN/RECEITA FEDERAL).

12.5. REGULARIDADE FISCAL DE ME OU EPP

a) a licitante deverá apresentar na etapa de habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição;



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- b) havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação dos documentos, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006;
- c) o prazo a que se refere o inciso anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período;
- d) a formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

12.6. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP

- 12.6.1. Para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser apresentada:
- a) DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE ANEXO VI (MODELO) que poderá ser anexa aos documentos ou assinalado no campo próprio no sistema;
- b) CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL emitida em até 60 (sessenta) dias que antecedem a realização do certame, seguindo a previsão do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio.
- b.1) A CERTIDÃO EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL deverá ser enviada pelo sistema em campo próprio ou juntamente com os documentos de habilitação.
- 12.6.2. Caso a empresa seja optante pelo Sistema Simples Nacional de Tributação, regido pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá apresentar também o comprovante de opção obtido no site do Ministério da Fazenda (http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional).
- 12.6.3. A empresa licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.
- 12.6.4. A ausência de qualquer declaração (não assinalada), documento ou certidão exigidos no Edital e não anexo ao sistema pela Licitante, importará em imediata inabilitação deste.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

13. RECURSOS

- 13.1. Declarado o vencedor, será concedido o PRAZO DE 30 (TRINTA) MINUTOS, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 13.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

14- DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pelo pregoeiro, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
- 15.3. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços ARP, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 15.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a ARP, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ARP.

16 - DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 16.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação Semed.
- 16.2. A ata de Registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93.
- 16.3. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.
- 16.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 16.5. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 16.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.
- 16.7. Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador

17 - DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1. Homologada a licitação, a PMJN, por intermédio do Setor de Contratos, convocará a licitante vencedora para, no prazo fixado neste edital, assinar a Ata de Registro de Preços, constante do **ANEXO VII.**
- 17.2. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de **05 (cinco) dias úteis**, após a sua convocação/retirada.
- 17.3. No caso da licitante vencedora do certame, dentro do prazo de validade da sua proposta, não atender à exigência do item 17.2, ou desatender ao disposto no Termo de Referência **ANEXO I**, aplicar-se-á o previsto no inciso XVI, do art. 4°, da Lei nº 10.520/02.
- 17.4. O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de João Neiva;
- 17.5. O Município de João Neiva não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima do material, ficando a seu exclusivo critério a definição de quantidade e do momento da aquisição.
- 17.6. A existência de preços registrados não obriga o Município de João Neiva a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

18 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATO

18.1 – A vigência da Ata de Registro de Preços dar-se-á por um período de 12 (doze)



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

meses, a partir da sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação.

18.2 – Os contratos derivados da Ata de Registro de Preços terão vigência até o dia 31/12/20XX, a partir de sua assinatura.

19 - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

- 19.1. Todas as orientações acerca da entrega constam na **Cláusula Segunda** da minuta da ATA.
- 19.2. No ato da entrega deverá ser comprovado que os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14 e 15 possuem Certificado de Aprovação (CA) atualizado e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sob pena de não aceitação dos mesmos.

21 - DA ACEITAÇÃO E PAGAMENTO

20.1. A Prefeitura Municipal promoverá os pagamentos conforme disposições contidas na **Cláusula Quinta** da minuta da ATA.

21- DAS PENALIDADES

- 21.1. O descumprimento, parcial ou total, de qualquer dos itens contidos neste Termo de Referência, sem justificativas aceita pela Secretaria Municipal de Educação SEMED, sujeitará a CONTRATADA as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.
- 21.2. A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a rescisão do contrato, suspensão ou a imposição da declaração de idoneidade para licitar e contratar com o Município e multa, de acordo com a gravidade da infração:
- 21.3. Multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso do não cumprimento do objeto contratado;
- 21.4. Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor da parte do serviço não executado;
- 21.5. Multa de 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao 30º (trigésimo).
- 21.6. O Valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto fornecido com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

21.7. Para fins práticos, lista-se abaixo as sanções administrativas com especificação das condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, que serão adotadas e aplicadas por esta Municipalidade, com os devidos acréscimos, podendo acumular as penas até o limite de 05 (cinco) anos:

Item	CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU	DOSIMETRIA APLICÁVEL
	CONTRATADA	
a	Deixar de entregar documentação exigida para o	6(seis) meses
	certame	
b	Não celebrar o contrato ou a ata de registro de	12 (doze) meses e multa de
	preços, quando convocado dentro do prazo de	5% (cinco por cento) do
	validade de sua proposta	valor a ser contratado ou
		registrado
С	Apresentar documentação falsa	40 (quarenta) meses
d	Apresentar declaração falsa	36 (trinta e seis) meses
е	Não manter a proposta	6 (seis) meses
f	Falhar na execução do contrato	24(vinte quatro) meses
g	Fraudar na execução do contrato	30 (trinta) meses
h	Comportar-se de modo inidôneo	36 (trinta e seis) meses
i	Cometer fraude fiscal	40 (quarenta) meses
j	Recusa quanto ao fornecimento do material ou	24(vinte e quatro) meses
	serviço	
l	Conluio no certame	36 (trinta e seis) meses
m	Fraude no certame	36 (trinta e seis) meses
n	Adulteração de documentos do certame	36 trinta e seis) meses

- 21.8. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei n° 8.666/1993;
- 21.9. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela PMJN após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;
- 21.10. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

21.11. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

22 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 – A Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, nos termos do artigo 22 da Lei Municipal n° 2.041/2009.

23 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 23.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.11. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de João Neiva/ES, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 23.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e também na página www.joaoneiva.es.gov.br.
- 23.13. O inteiro teor do processo está disponível para vista aos interessados, no setor de Licitação e Contratos, sito a Avenida Presidente Vargas, nº 157, Centro, João Neiva/ES, CEP: 29.680-000, telefones: (27) 99986-5269/ (27) 3258-4707.
- 23.14. Fazem parte do presente Edital, integrando-o de forma plena, devendo ser obedecidas as instruções neles constantes sob pena de inabilitação das licitantes, os seguintes documentos:
- 23.14.1 Anexo I Termo de Referência e especificação do objeto;
- 23.14.2 Anexo II Modelo de Declaração (Atendimento às Exigências Habilitatórias);
- 23.14.3 Anexo III Modelo de Proposta;
- 23.14.4 Anexo IV Modelo de Declaração (Artigo 7°);
- 23.14.5 Anexo V Modelo de Declaração (Comprometimento);
- 23.14.6 Anexo VI Modelo de declaração (ME e EPP);
- 23.14.7 Anexo VII Minuta de Ata de Registro de Preços;
- 23.14.8 Anexo VIII Minuta de Contrato.

João Neiva/ES, 12 de julho de 2021.

Marciela José Secretária Municipal de Educação

Mayara Loureiro Maia Secretária Municipal de Administração



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA - SEMED E SEMAD

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo tem por objeto registrar preços para futura e eventual aquisição de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) para atender os servidores de um modo geral e os que atuam na função de Merendeira e Auxiliar de Serviços Gerais na Secretaria Municipal de Educação e nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de João Neiva e pelos servidores (as) no cargo de Serventes e Auxiliares de Serviços Gerais (ASG's), conforme modelos e quantidades constante no **Anexos IA**.

2. JUSTIFICATIVA

Considerando a Resolução da ANVISA – RDC n° 216, de 15 de setembro de 2004, que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação e exige que: "os manipuladores de alimentos devem ter asseio pessoal, apresentando-se com **uniformes compatíveis à atividade**, conservados e limpos". E ainda orienta que: "os uniformes devem ser trocados, no mínimo, diariamente e usados exclusivamente nas dependências internas do estabelecimento";

Considerando a preocupação em garantir a integridade física das Merendeiras e também dos(as) Auxiliares de Serviços Gerais, preservar e assegurar padrões adequados de saúde e bem-estar no ambiente de trabalho, que visam amenizar riscos de acidentes, contribuindo para melhoria da qualidade e produtividade no trabalho, através do comprometimento de todos com a organização, prevenção e segurança, bem como, o cumprimento da legislação vigente;

Considerando que o uniforme serve ainda como EPI, juntamente com os demais itens que trata esse Termo, pois quando utilizado adequadamente os sapatos evitam quedas e possíveis fraturas por serem antiderrapantes e as toucas evitam que os cabelos fiquem soltos podendo também ficar presos em algum equipamento da cozinha, evitando assim acidentes e preservando a saúde de quem utiliza o uniforme, as luvas servem para proteção contra diversos riscos, sejam mecânicos, químicos, biológicos ou outros;

Desta forma, justificamos a futura e eventual aquisição de uniformes e EPI's para as Merendeiras e Auxiliares de Serviços Gerais lotados(as) na Secretaria Municipal de Educação e nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de João Neiva.

Conforme determina a Portaria 3214/7, NR 06, "o Equipamento de Proteção Individual (EPI) deve ser adequado ao risco de cada atividade, fornecido gratuitamente ao trabalhador, somente aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho e substituído imediatamente quando danificado ou



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

extraviado", Certificado de Aprovação (CA) atualizado e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Não se trata, portanto, de mera faculdade, mas de exigência normativa prevista, inclusive, na legislação trabalhista (Art. 389, IV, da CLT).

A utilização de EPIs permite eliminar ou, ao menos, mitigar o iminente risco de dano ou de comprometimento da segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares.

Os quantitativos foram baseados na listagem de funcionários fornecida pelo setor de Recursos Humanos e mais estimativa de um possível aumento no número de funcionários nesses cargos.

Espera-se, com a contratação, que a Prefeitura Municipal de João Neiva/ES possa cumprir a sua missão institucional ao mesmo tempo em que proporciona segurança para os seus servidores.

3. DA FORMA, PRAZO E LOCAL DA ENTREGA

- a) A administração não estará obrigada a adquirir os produtos da detentora da Ata de Registro de Preços;
- b) Sempre que julgar necessário, a Contratante solicitará, durante a vigência da ARP, o fornecimento dos produtos registrados, na quantidade necessária, mediante a entrega da Ordem de Fornecimento;
- c) Os produtos deverão ser apresentados após Ordem de Compra emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de João Neiva, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos**, no Almoxarifado Central, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 157, Centro, nesta cidade, no horário de 7:00 às 10:30 e 12:30 às 16:00, de segunda a sexta-feira;
- d) Todas as despesas com transporte, carregamento e descarregamento dos produtos será por conta da contratada.
- e) Todo material, objeto deste Termo, deverá ter garantia mínima de 01 (um) ano.

4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DOS LICITANTES

Comprovação de que a licitante forneceu, sem restrição, material de natureza semelhante ao indicado neste Termo de Referência. A comprovação de que forneceu material compatível com o objeto desta licitação, será feita por meio de apresentação de atestado, devidamente assinado, carimbado e em papel timbrado da pessoa jurídica de direito Público ou Privado tomador do fornecimento.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, dentre outras:

a) Entregar os materiais, objeto do presente termo de referência, no prazo e local definidos



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

neste documento;

- b) Fornecer os materiais em conformidade com as especificações técnicas definidas neste Termo de Referência;
- c) Custear todas as despesas com transportes e entrega dos materiais;
- d) Assumir o ônus pelos custos diretos e indiretos que incidam sobre a entrega dos materiais;
- e) Responsabilizar-se pelos danos que causar a Prefeitura Municipal de João Neiva ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do certame licitatório;
- f) Comunicar por escrito ao órgão gerenciador, a ocorrência de qualquer fato ou condição que venha a afetar os prazos de entrega dos materiais, bem como qualquer anormalidade relacionada com a execução;
- g) Permitir que os materiais sejam fiscalizados no ato de sua entrega;
- h) Substituir no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, os materiais que vier a ser recusados por não atenderem as especificações técnicas exigidas, quantitativo, qualidade e as amostras apresentadas e aprovadas;
- i) Emitir Nota Fiscal no ato da entrega dos materiais;
- j) Manter durante toda a execução do processo, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Convocar a adjudicatária para assinatura da Ata de Registro de Preços;
- b) Os pagamentos à CONTRATADA serão feitos até 30 (trinta dias), contados a partir da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada e aceita pelo setor responsável e apresentação das certidões exigidas na Habilitação, devidamente atualizadas;
- c) Efetuar os pagamentos na forma e condições constantes;
- d) Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, de acordo com a ordem de fornecimento, comunicando a CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;
- e) Proceder a avaliação dos produtos fornecidos, após verificação de sua quantidade, qualidade, especificações e as amostras apresentadas e aprovadas;
- f) Dar o devido recebimento aos produtos fornecidos, após verificação da sua quantidade, qualidade, especificações e de conformidade com as amostras apresentadas e aprovadas;
- g) Fornecer, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-los nos casos omissos.

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento, parcial ou total, de qualquer dos itens contidos neste Termo de Referência, sem justificativas aceita pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, sujeitará a CONTRATADA as sanções previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 7.2. A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a rescisão do contrato, suspensão ou a imposição da declaração de idoneidade para licitar e contratar com o Município e multa, de acordo com a gravidade da infração:
- 7.3. Multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso do não cumprimento do objeto contratado;
- 7.4. Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor da parte do serviço não executado;
- 7.5. Multa de 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao 30º (trigésimo).
- 7.6. O Valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto fornecido com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 7.7. Para fins práticos, lista-se abaixo as sanções administrativas com especificação das condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, que serão adotadas e aplicadas por esta Municipalidade, com os devidos acréscimos, podendo acumular as penas até o limite de 05 (cinco) anos:

Item	CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU	DOSIMETRIA APLICÁVEL
	CONTRATADA	
a	Deixar de entregar documentação exigida para o	6(seis) meses
	certame	
b	Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços,	12 (doze) meses e multa de
	quando convocado dentro do prazo de validade de sua	5% (cinco por cento) do
	proposta	valor a ser contratado ou
		registrado
С	Apresentar documentação falsa	40 (quarenta) meses
d	Apresentar declaração falsa	36 (trinta e seis) meses
e	Não manter a proposta	6 (seis) meses
f	Falhar na execução do contrato	24(vinte quatro) meses
g	Fraudar na execução do contrato	30 (trinta) meses
h	Comportar-se de modo inidôneo	36 (trinta e seis) meses
i	Cometer fraude fiscal	40 (quarenta) meses
j	Recusa quanto ao fornecimento do material ou serviço	24(vinte e quatro) meses
l	Conluio no certame	36 (trinta e seis) meses
m	Fraude no certame	36 (trinta e seis) meses
n	Adulteração de documentos do certame	36 (trinta e seis) meses



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 7.8. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/1993;
- 7.9. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela PMJN após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;
- 7.10. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- 7.11. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

No prazo de 30 (trinta) dias, será procedido o pagamento, contados a partir da certificação da nota fiscal/fatura e apresentação da comprovação de regularidade fiscal da empresa fornecedora.

9. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Educação – Semed.

A Secretaria Municipal de Administração é o órgão participante deste Registro de Preços.

A ata de Registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador

10. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Homologada a licitação, a PMJN, por intermédio do Setor de Contratos, convocará a licitante vencedora para, no prazo fixado neste edital, assinar a Ata de Registro de Preços.

O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 05 (cinco) dias úteis, após a sua convocação/retirada.

O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de João Neiva;

O Município de João Neiva não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima do material, ficando a seu exclusivo critério a definição de quantidade e do momento da aquisição.

A existência de preços registrados não obriga o Município de João Neiva a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outros meios, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

11. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO/CONTRATO

A vigência da Ata de Registro de Preços dar-se-á por um período de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação.

Os contratos derivados da Ata de Registro de Preços terão vigência até o dia 31/12/20XX, a partir de sua assinatura.

12. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato ficará a cargo de servidor designado por Portaria específica.

Os procedimentos para fiscalização serão exercidos de acordo com a Lei 8.666/93:

Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.



AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

§1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

13. FONTE DE RECURSOS

Os recursos utilizados para pagamento dos serviços prestados serão provenientes do

SEMED:

025 Secretaria Municipal de Educação

101 Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

12 Educação

122 Administração Geral

0002 Programa de Apoio ao Administrativo

2003 Manutenção dos Serviços Administrativos

33903000000 Material de Consumo

11110000 Receita de Impostos e de Transferência de Impostos.

252 Ficha

SEMAD

Órgão: 021 – Unidade: 101 – Programa de trabalho: 0412200022.003

Elemento de Despesa: 33903000000 - Fonte: 10010000000 - Ficha: 0000048

14 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

De acordo com o § 1º, Art. 65 da Lei de Licitações –Lei nº 8.666/93.

Marciela José Secretária Municipal de Educação

Mayara Loureiro Maia Secretária Municipal de Administração

Página **27** de **64**



ANEXO IA - ESPECIFICAÇÃO DE UNIFORMES E EPIS / QUANTIDADES / VALOR MÁXIMO ACEITÁVEL

ITEM	IMAGENS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	TAMANHO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		CALÇA em brim 100% algodão, com elástico total, braguilha postiça, com 2 bolsos tipo faca frontais, feminina cor branca.	300 peças	40 a 54	R\$ 36,67	R\$ 11.001,00
02	CAMISA em tecido 100% algodão, manga curta, sem bolso, cor branca, com o brasão da Prefeitura Municipal de João Neiva estampado do lado esquerdo.		400 peças	P M G GG EXG	R\$ 49,97	R\$ 19.988,00
03	TOUCA para proteção capilar na cor branca confeccionada em tela de malha flexível de alta durabilidade, com aba em tecido de algodão, com amarras ajustáveis na parte traseira.		150 peças	Único	R\$ 23,61	R\$ 3.541,50
04		CALÇADO DE SEGURANÇA tipo sapato nas cores branca e preta, com fechamento em elástico, confeccionado em couro hidrofugado, colarinho acolchoado, forro interno na gáspera e no cano em tecido com tratamento antimicrobiano, palmilha antibacteriana, solado bidensidade, aprovado contra agentes abrasivos, escoriantes e contra umidade proveniente de operações com	200 pares	34 a 43	R\$ 50,35	R\$ 10.070,00



	uso de água.				
05	CALÇADO OCUPACIONAL constituída de policloreto de vinila (PVC), na cor branca, cano médio (25 cm), com forração interna, montagem do solado resistente à ação de óleo combustível com propriedades antiderrapantes.	100 pares	35 a 43	R\$ 37,38	R\$ 3.738,00
06	LUVA DE PROTEÇÃO TÉRMICA para trabalhos com altas temperaturas, confeccionada em tecido retardante à chamas, com tratamento impermeabilizante que não permite que líquidos transpasse para o interior da luva, resistente à temperaturas de até 350°, aprovada para proteção dos usuários contra agentes térmicos (calor radiante, calor convectivo, calor de contato e pequenas chamas) e respingos.	100 pares	Único	R\$ 167,25	R\$ 16.725,00
07	LUVAS DE SEGURANÇA DE LATEX confeccionada com látex de borracha natural, lisa internamente, forma anatômica, com palmas antiderrapantes para destreza no manuseio de materiais, de espessura entre que 0,45mm e 0,55mm, e comprimento de 30cm.	200 pares	P M G	R\$ 4,72	R\$ 944,00



08		AVENTAL TERMICO DE SEGURANÇA para trabalhos na cozinha utilizado em temperaturas de até 250°C, confeccionado em tecido retardante a chamas, ajustáveis ao ronco e pescoço através de tiras do mesmo material, costurado com linha retardante a chamas, com dimensões aproximadas de 1,20m x 0,70m, aprovado com proteção do tronco do usuário contra agentes térmicos como respingos de líquidos quentes, vapor e calor provenientes de atividades com alimentos.	100 peças	Único	R\$ 96,28	R\$ 9.628,00
09		AVENTAL PVC confeccionado em policloreto de vinila (PVC), forro em poliéster, cor branca, tiras soldadas eletronicamente, com amarras ajustáveis no tronco e pescoço, dimensões 1,20m x 0,70m, aprovado para proteção do tronco contra umidade proveniente de operações com uso de água.	100 peças	Único	R\$ 26,84	R\$ 2.684,00
10	~	OCULOS DE SEGURANÇA, constituído de um arco de material plástico com fenda em cada extremidade, com visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada. semihaste que permite o ajuste do tamanho	150 peças	Único	R\$ 14,07	R\$ 2.110,50



11	CUIDADO CAUTION PISO MOLHADO WETFLOOR	CAVALETE DE SINALIZAÇÃO (Piso Escorregadio), confeccionado em polipropileno injetado de alta resistência, na cor amarela de alta visibilidade, dobráveis em dimensões aproximadas de 0,60m x 0,30m, recomendada para sinalização temporária com probabilidade de riscos de queda de pessoas.	100 peças	Único	R\$ 45,73	R\$ 4.573,00
12		Calçado ocupacional de uso profissional tipo sapato, na cor branca, fechamento em elástico, confeccionado em couro hidrofugado curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bidensidade antiderrapante injetado diretamente no cabedal, sistema de absorção de energia na região do salto. Marcas de referência: Marluvas, Bracol, Kadesh.	100 pares	Entre os tamanhos: 34 a 44	R\$ 94,66	R\$ 9.466,00
13		Calçado ocupacional constituída de policloreto de vinila (PVC), na cor branca, cano médio de aproximadamente (25 cm), com forração interna, montagem solado resistente à ação de óleo combustível com propriedades antiderrapantes resistentes a óleo combustível. Marcas de referência: Fujiwara, Innpro, Supermax. Os tamanhos serão definidos no ato da ordem de entrega da compra.	50 par	Entre os tamanhos: 34 a 44	R\$ 35,43	R\$ 1.771,50



14	Luva Látex na cor Amarela, elaborada em Látex Natural, cobertura interna feita com flocos de algodão, contém antiderrapante em forma de colmeia na face palmar. Desenvolvidas para proteção das mãos contra contatos de produtos químicos, indicada para higienização, construção civil, jardinagem e paisagismo. As Luvas devem ser laváveis, permitindo a utilização várias vezes, com forro interno absorvente do suor produzido. Espessura: 0,60mm; Comprimento: 31cm; Testado e aprovado pelas Normas: BS EN 420:2003 + A1:2009, MT 11:1977, BS EN 388:2003; Marcas de referência: Super Safety, Mucambo, Volk.	120 par	Entre os tamanhos: P, M, G e XG	R\$ 9,53	R\$ 1.143,60
15	Óculos de segurança constituídos de arco de material plástico (náilon) com meia-proteção nas bordas, um pino central e duas fendas nas extremidades da armação utilizadas para o encaixe de visor confeccionado em policarbonato com um furo central para encaixe do pino do arco, apoio nasal e protetor lateral injetado do mesmo material do visor com uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco, hastes tipo espátula confeccionadas do mesmo material do arco e constituídas de duas peças: semi-haste vazada com uma das extremidades presas ao arco por meio de parafuso metálico e outra	120 unidades	Único	R\$ 7,77	R\$ 932,40



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

				VALOR TOTAL	R\$ 98.984,54
16	Cavalete de sinalização ("Piso escorregadio", "piso molhado"), recomendado para sinalização temporária com probabilidade de riscos de acidentes, confeccionado em polipropileno injetado de alta visibilidade, dobravéis em dimensões aproximadas de 60cm x 30cm.	12 unidades	Único	R\$ 55,67	R\$ 668,04
	semi-haste vazada que se encaixa na semi- haste anterior e permite regulagem de tamanho. Marcas de referência: Jaguar, Kalipso, Poli- Fer. Características técnicas: - Proteção: UVA E UVB; - Filtro: 99,9%; - Visor: incolor, proteção contra impactos; - Tamanho: único; - Vedação: lateral; - Armação: nylon.				

OBS.:

- 1- Os itens 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 12, 13, 14 e 15 são de Equipamentos de Proteção Individual devendo possuir Certificado de Aprovação (CA) atualizado e expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- 2- As imagens apresentadas são meramente ilustrativas.

Brasão da Prefeitura Municipal de João Neiva a ser estampado nas camisas.





ANEXO II

(Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

MODELO DE DECLARAÇÃO

AO Pregoeiro Oficial Prefeitura Municipal de João Neiva
Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2021 .
O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa, inscrita no CNPJ sob o nº DECLARA, sob as penas da lei , principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.
João Neiva/ES, de de 2021.

Assinatura Identificável

(Nome do representante da empresa)



ANEXO III

(Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

PROPOSTA DE PREÇO (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO № 027/2021

AO						
Pregoeir	o do Município de Jo	ão Neiva/l	ES			
		ção de Vos	ssa Senhoria	da, telefone a, sua proposta em coi		
proteção Auxiliar	individual (EPI's) p de Serviços Gerais ões de Ensino da Re	ara atende s e Serve	er os servido entes na Se	uisição de uniformes e res que atuam na funç ecretaria Municipal d de João Neiva e nas	ão de Mero le Educaç	endeira, ão, nas
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA/MODELO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
Declaran	de da proposta é de 60 nos que nos preços butos, impostos, enc	ofertados		sas todas as despesas	como trar	ısporte,
Nome: RG n°: CPF n°: Estado Ci Cargo: Endereço Dados Ba	o: ancários:	Ū		tura do Contrato:		
Banco:	Agência: (Conta Corr	ente:			
	João l	Neiva/ES,	de	de 2021.		

Assinatura Identificável

(Nome do representante da empresa)



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO IV

(Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO № 027/2021

AO PREGOEIRO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

O abaixo assinado, na qualidade de responsável pela Empresa
inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua/Av,
n^{ϱ} , Bairro, Cidade, UF, DECLARA, para os fins do disposto no inciso
V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de
outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.
Ressalva : (se houver): () empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.
Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.
João Neiva/ES, de de 2021.

Assinatura Identificável

(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)

TI DE MAIO DE 1988

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO V

(Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

MODELO DE DECLARAÇÃO (COMPROMETIMENTO)

PREGÃO ELETRÔNICO № 027/2021

OBJETO: Registrar preços para futura e eventual aquisição de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) para atender os servidores que atuam na função de Merendeira, Auxiliar de Serviços Gerais e Serventes na Secretaria Municipal de Educação, nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de João Neiva e nas dependências da Prefeitura.

Para fins de participação no Processo de Licitação acima descrito, a empresa
, inscrita no CNPJ sob nº, sediada, por intermédio de seu (ua) Representante Legal Sr.(ª), Profissão, portador (a)
da RG nº e do CPF nº, DECLARA:
a) que tem conhecimento de todas as informações do processo de licitação mencionado, e que aceita e cumprirá fielmente todas as suas exigências;
b) que até a presente data inexistem fatos impeditivos à sua participação no referido processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
c) que não possui em seu Quadro de Pessoal nenhum Servidor Público pertencente a entidade contratante responsável pela licitação;
d) que se compromete a manter durante toda a execução do contrato habilitação e qualificação exigidas.
João Neiva/ES, de de 2021.

Assinatura Identificável (Nome do representante da empresa)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, № 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724

CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO VI

(Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa licitante)

DECLARAÇÃO DE PORTE DA EMPRESA (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO № 027/2021

Para efeitos do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 que a empresa , inscrita no CNPJ sob nº está enquadrada como:
() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
() MICROEMPRESA
() EMPRESA DE PEQUENO PORTE
() MÉDIA E GRANDE EMPRESA –
Declaro que os presentes dados são verdadeiros e visam facilitar os trâmites processuais deste processo de credenciamento, no sentido de antecipar informações a respeito do porte da empresa.
Asseguro , quando solicitado pela contratante, a comprovação dos dados aqui inseridos, sob pena da aplicação das sanções previstas no Código Penal Brasileiro.
Por ser a presente declaração a manifestação fiel e expressa de minha livre vontade, firmo este documento, para os fins de direito.
João Neiva/ES, de de 2021.

Assinatura Identificável

(Nome do representante da empresa)

TI DE MAID DE 1988

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0XX/2021

Pelo presente instrumento, o MUNICIPIO DE JOAO NEIVA, com sede na Avenida
Presidente Vargas, nº 157, Centro, João Neiva/ES, inscrita no CNPJ nº 31.776.479/0001-
86, neste ato representado pelo Exmo. Prefeito, o Srº. Paulo Sérgio De Nardi, doravante
denominado GESTOR DA ATA, considerando o julgamento da licitação na modalidade
PREGÃO ELETRÔNICO № 027/2021, instaurado sob o SISTEMA DE REGISTRO DE
PREÇOS, devidamente homologado pela autoridade competente em XX/XX/XXXX,
conforme processo n^{o} 1.679/2021 e 1.919/2021, RESOLVE registrar os preços da
empresa, inscrita no CNPJ sob o n^{ϱ} e Inscrição Estadual n^{ϱ}
, com sede na Rua/Av, nº, Bairro, Cidade, CEP
, neste ato denominada DETENTOR DA ATA, representada por (indicar
a condição jurídica do representante perante a empresa, por ex. Sócio, diretor, procurador,
etc), Sr.(a), (nome completo, nacionalidade, estado civil, profissão) inscrito no
CPF sob n° , portador da Carteira de Identidade n° , residente e domiciliada na
Rua/Av, Bairro, Cidade/, vencedora do(s) Item(s) XX, nas quantidades
estimadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e mediante as
cláusulas seguintes:

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registrar preços para futura e eventual aquisição de uniformes e equipamentos de proteção individual (EPI's) para atender os servidores que atuam na função de Merendeira, Auxiliar de Serviços Gerais e Serventes na Secretaria Municipal de Educação, nas Instituições de Ensino da Rede Pública Municipal de João Neiva e nas dependências da Prefeitura.

CLAÚSULA SEGUNDA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DA ENTREGA

- a) A administração não estará obrigada a adquirir os produtos da detentora da Ata de Registro de Preços, mas quando o fizer, poderá vir a requisitar quantidade equivalente à no mínimo 10% (dez por cento) do item registrado;
- b) Sempre que julgar necessário, a Contratante solicitará, durante a vigência da ARP, o fornecimento dos produtos registrados, na quantidade necessária, mediante a entrega da Ordem de Fornecimento;
- c) Os produtos deverão ser apresentados após Ordem de Compra emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de João Neiva, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos**, no Almoxarifado Central, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 157, Centro, nesta cidade, no horário de 7:00 às 10:30 e 12:30 às 16:00, de segunda a sexta-feira;
- d) Todas as despesas com transporte, carregamento e descarregamento dos produtos será



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

por conta da contratada.

e) Todo material, objeto deste Termo, deverá ter garantia mínima de 01 (um) ano.

CLAÚSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS

- 3.1. O valor total da presente Ata é de R\$ XXXXXXX (XXXXX) cujos preços unitários estão definidos no **Anexo Único** desta Ata, e nele estão inclusos todos os custos, dentre eles, tributos diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, materiais, mão-de-obra, embalagens e quaisquer despesas inerentes ao fornecimento dos produtos, não acarretando mais nenhuma despesa a esta municipalidade.
- 3.2. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto na **Cláusula Quinta** deste instrumento.
- 3.3. A existência dos preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitações específicas ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias, contados do recebimento das Notas Fiscais.
- 4.2. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto descriminada e acompanhada da autorização de fornecimento.
- 4.3. As notas fiscais deverão vir acompanhadas de cópia da Certidão de Regularidade Fiscal e Trabalhista, sob pena de suspensão do pagamento, caso a empresa encontrar-se irregular.
- 4.4. O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação, deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de João Neiva convocará o DETENTOR DA ATA para uma nova negociação, com vistas à redução dos preços, podendo ocorrer o seguinte:



- 5.1.1. Aceitação da negociação, quando o DETENTOR DA ATA aceitar a redução dos preços aos limites encontrados e compatíveis aos de mercado, devendo os novos preços serem registrados na presente Ata como alteração posterior.
- 5.1.2. Negociação frustrada, quando o DETENTOR DA ATA não aceitar a redução dos preços ao valor de mercado, devendo, neste caso, a Secretaria Municipal de Educação, liberar a mesma do compromisso assumido, e convocar as empresas remanescentes, respeitada a ordem classificatória, com vistas a iguais oportunidades de negociação.
- 5.2. Restando a negociação frustrada após convocação de todas as proponentes credenciadas e classificadas, à Prefeitura Municipal de João Neiva realizará a contratação desejada por meio de outro certame licitatório regular.
- 5.3. Quando o preço de mercado se torna superior ao preço registrado nesta Ata, de forma a comprometer o fornecimento, pelo DETENTOR DA ATA, dever-se-á obedecer ao seguinte procedimento:
- 5.3.1. Deverá o DETENTOR DA ATA protocolar, respeitando o prazo definido no subitem 5.9, da presente Ata, requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, devidamente justificado e instruído com documentos que evidenciem a onerosidade excessiva em relação às obrigações inicialmente assumidas, produzida pelo aumento no custo do bem ou serviço no mercado atual, valendo-se, por exemplo, de Notas Fiscais antigas e recentes, listas de preços de fabricantes, comprovantes de transporte de mercadorias, dentre outros pertinentes, a juízo da Secretaria Municipal de Educação.
- 5.3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Educação a realização de pesquisas de mercado e demais atos necessários, com vistas a verificação de ocorrência da majoração alegada pela DETENTOR DA ATA.
- 5.4. Fica vedado ao DETENTOR DA ATA, interromper o fornecimento dos materiais, enquanto aguardar o trâmite do Requerimento de reequilíbrio dos preços, sob pena de aplicação das sanções estabelecidas no ato convocatório, nesta Ata de Registro e na legislação pertinente.
- 5.5. Confirmada a veracidade das alegações do DETENTOR DA ATA e deferido, por decisão do Órgão, o reequilíbrio econômico-financeiro requerido, deverá ser providenciada a publicação da alteração da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, para fins de validade do novo preço registrado.
- 5.6. Os preços resultantes do reequilíbrio econômico-financeiro terão a sua validade vinculada ao prazo de vigência deste instrumento.
- 5.7. No caso de indeferimento do requerimento, poderá a Secretaria Municipal de Educação liberar o DETENTOR DA ATA do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, mediante decisão fundamentada.



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 5.8. Sendo o DETENTOR DA ATA liberado, poderá a Administração convocar as demais empresas classificadas, respeitada a ordem classificatória, para fins de renegociação dos preços registrados.
- 5.9. É vedada a interposição de requerimento para reequilíbrio de preços antes de decorrido o prazo mínimo de 90 (noventa) dias desde o último reequilíbrio ocorrido.

CLAÚSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

- 6.1. Constituem obrigações do **gerenciador da ata**, dentre outras:
- a) Convocar a adjudicatária para assinatura da Ata de Registro de Preços;
- b) Os pagamentos à CONTRATADA serão feitos até 30 (trinta dias), contados a partir da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada e aceita pelo setor responsável e apresentação das certidões exigidas na Habilitação, devidamente atualizadas;
- c) Efetuar os pagamentos na forma e condições constantes;
- d) Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, de acordo com a ordem de fornecimento, comunicando a CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas;
- e) Proceder a avaliação dos produtos fornecidos, após verificação de sua quantidade, qualidade, especificações e as amostras apresentadas e aprovadas;
- f) Dar o devido recebimento aos produtos fornecidos, após verificação da sua quantidade, qualidade, especificações e de conformidade com as amostras apresentadas e aprovadas;
- g) Fornecer, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-los nos casos omissos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO DETENTOR DA ATA

- 7.1. Constituem obrigações do **detentor da ata**, dentre outras:
- a) Entregar os materiais, objeto da presente ata, no prazo e local definidos neste documento;
- b) Fornecer os materiais em conformidade com as especificações técnicas definidas nesta Ata de Registro de Preços;
- c) Custear todas as despesas com transportes e entrega dos materiais;
- d) Assumir o ônus pelos custos diretos e indiretos que incidam sobre a entrega dos materiais:
- e) Responsabilizar-se pelos danos que causar a Prefeitura Municipal de João Neiva ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do certame licitatório;
- f) Comunicar por escrito ao órgão gerenciador, a ocorrência de qualquer fato ou condição que venha a afetar os prazos de entrega dos materiais, bem como qualquer anormalidade relacionada com a execução;
- g) Permitir que os materiais sejam fiscalizados no ato de sua entrega;

*

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- h) Substituir no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, os materiais que vier a ser recusados por não atenderem as especificações técnicas exigidas, quantitativo, qualidade e as amostras apresentadas e aprovadas;
- i) Emitir Nota Fiscal no ato da entrega dos materiais;
- j) Manter durante toda a execução do processo, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

8.1. O prazo de vigência será de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

- 9.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do (s) produto (s), sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7ª da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:
- 9.2. A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a rescisão do contrato, suspensão ou a imposição da declaração de idoneidade para licitar e contratar com o Município e multa, de acordo com a gravidade da infração:
- 9.3. Multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso do não cumprimento do objeto contratado;
- 9.4. Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor da parte do serviço não executado;
- 9.5. Multa de 0.7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao 30° (trigésimo).
- 9.6. O Valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto fornecido com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 9.7. Para fins práticos, lista-se abaixo as sanções administrativas com especificação das condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, que serão adotadas e aplicadas por esta Municipalidade, com os devidos acréscimos, podendo acumular as penas até o limite de 05 (cinco) anos:



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

Item	CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU	DOSIMETRIA	
	CONTRATADA	APLICÁVEL	
a	Deixar de entregar documentação exigida para o	6(seis) meses	
	certame		
b	Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços,	12 (doze) meses e	
	quando convocado dentro do prazo de validade de sua	multa de 5% (cinco por	
	proposta	cento) do valor a ser	
		contratado ou registrado	
С	Apresentar documentação falsa	40 (quarenta) meses	
d	Apresentar declaração falsa	36 (trinta e seis) meses	
e	Não manter a proposta	6 (seis) meses	
f	Falhar na execução do contrato	24(vinte quatro) meses	
g	Fraudar na execução do contrato	30 (trinta) meses	
h	Comportar-se de modo inidôneo	36 (trinta e seis) meses	
i	Cometer fraude fiscal	40 (quarenta) meses	
j	Recusa quanto ao fornecimento do material ou serviço	24(vinte e quatro)	
		meses	
l	Conluio no certame 36 (trinta e s		
m	Fraude no certame	36 (trinta e seis) meses	
n	Adulteração de documentos do certame	36 trinta e seis)	
		meses	

- 9.8. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei n^{o} 8.666/1993;
- 9.9. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela PMJN após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;
- 9.10. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- 9.11. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 10.1 O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:
- I Pela Administração, quando:
- a) o fornecedor não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

*

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;
- d) nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços; e
- e) por razões de interesse público.
- II Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por razões alheias a sua vontade, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório, consubstanciado na Ata de Registro de Preços.
- § 1º O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por despacho da autoridade competente.
- $\S~2^{\circ}$ Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.
- § 3º No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.
- $\S 4^\circ$ A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação do fato ou fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

11.1 – O Setor de Licitação é responsável pela publicação na imprensa oficial, em resumo, da presente Ata de Registro de Preços, nos termos do parágrafo único, do art. 61, da lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo, respeitadas as disposições da lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Os Contratantes elegem o Foro da Comarca de João Neiva/ES, para dirimir as dúvidas que porventura possam advir da presente Ata de Registro de Preços, desde que não possam ser solucionadas amigável ou administrativamente pelas partes.



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

E por estarem justos e de comum acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

João Neiva/ES, ____ de ____ de 2021.

MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA GERENCIADOR DA ATA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GESTOR DA ATA

DETENTOR DA ATA

IESIE	EMUNHA	5:	
1			
2.			



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO ÚNICO

ITEM	IMAGENS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	TAMANHO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		CALÇA em brim 100% algodão, com elástico total, braguilha postiça, com 2 bolsos tipo faca frontais, feminina cor branca.	300 peças	40 a 54		
02		CAMISA em tecido 100% algodão, manga curta, sem bolso, cor branca, com o brasão da Prefeitura Municipal de João Neiva estampado do lado esquerdo.	400 peças	P M G GG EXG		
03		TOUCA para proteção capilar na cor branca confeccionada em tela de malha flexível de alta durabilidade, com aba em tecido de algodão, com amarras ajustáveis na parte traseira.	150 peças	Único		
04		CALÇADO DE SEGURANÇA tipo sapato nas cores branca e preta, com fechamento em elástico, confeccionado em couro hidrofugado, colarinho acolchoado, forro interno na gáspera e no cano em tecido com tratamento antimicrobiano, palmilha antibacteriana, solado bidensidade, aprovado contra agentes abrasivos, escoriantes e contra umidade proveniente de operações com uso de água.	200 pares	34 a 43		



05	CALÇADO OCUPACIONAL constituída de policloreto de vinila (PVC), na cor branca, cano médio (25 cm), com forração interna, montagem do solado resistente à ação de óleo combustível com propriedades antiderrapantes.	100 pares	35 a 43	
06	LUVA DE PROTEÇÃO TÉRMICA para trabalhos com altas temperaturas, confeccionada em tecido retardante à chamas, com tratamento impermeabilizante que não permite que líquidos transpasse para o interior da luva, resistente à temperaturas de até 350°, aprovada para proteção dos usuários contra agentes térmicos (calor radiante, calor convectivo, calor de contato e pequenas chamas) e respingos.	100 pares	Único	
07	LUVAS DE SEGURANÇA DE LATEX confeccionada com látex de borracha natural, lisa internamente, forma anatômica, com palmas antiderrapantes para destreza no manuseio de materiais, de espessura entre que 0,45mm e 0,55mm, e comprimento de 30cm.	200 pares	P M G	



08	AVENTAL TERMICO DE SEGURANÇA para trabalhos na cozinha utilizado em temperaturas de até 250°C, confeccionado em tecido retardante a chamas, ajustáveis ao ronco e pescoço através de tiras do mesmo material, costurado com linha retardante a chamas, com dimensões aproximadas de 1,20m x 0,70m, aprovado com proteção do tronco do usuário contra agentes térmicos como respingos de líquidos quentes, vapor e calor provenientes de atividades com alimentos.	100 peças	Único	
09	AVENTAL PVC confeccionado em policloreto de vinila (PVC), forro em poliéster, cor branca, tiras soldadas eletronicamente, com amarras ajustáveis no tronco e pescoço, dimensões 1,20m x 0,70m, aprovado para proteção do tronco contra umidade proveniente de operações com uso de água.	100 peças	Único	
10	OCULOS DE SEGURANÇA, constituído de um arco de material plástico com fenda em cada extremidade, com visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada. semihaste que permite o ajuste do tamanho	150 peças	Único	



11	CUIDADO CAUTION PISO MOLHADO WETFLOOR	CAVALETE DE SINALIZAÇÃO (Piso Escorregadio), confeccionado em polipropileno injetado de alta resistência, na cor amarela de alta visibilidade, dobráveis em dimensões aproximadas de 0,60m x 0,30m, recomendada para sinalização temporária com probabilidade de riscos de queda de pessoas.	100 peças	Único	
12		Calçado ocupacional de uso profissional tipo sapato, na cor branca, fechamento em elástico, confeccionado em couro hidrofugado curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bidensidade antiderrapante injetado diretamente no cabedal, sistema de absorção de energia na região do salto. Marcas de referência: Marluvas, Bracol, Kadesh.	100 pares	Entre os tamanhos: 34 a 44	
13		Calçado ocupacional constituída de policloreto de vinila (PVC), na cor branca, cano médio de aproximadamente (25 cm), com forração interna, montagem solado resistente à ação de óleo combustível com propriedades antiderrapantes resistentes a óleo combustível. Marcas de referência: Fujiwara, Innpro, Supermax. Os tamanhos serão definidos no ato da ordem de entrega da compra.	50 par	Entre os tamanhos: 34 a 44	



14	Luva Látex na cor Amarela, elaborada em Látex Natural, cobertura interna feita com flocos de algodão, contém antiderrapante em forma de colmeia na face palmar. Desenvolvidas para proteção das mãos contra contatos de produtos químicos, indicada para higienização, construção civil, jardinagem e paisagismo. As Luvas devem ser laváveis, permitindo a utilização várias vezes, com forro interno absorvente do suor produzido. Espessura: 0,60mm; Comprimento: 31cm; Testado e aprovado pelas Normas: BS EN 420:2003 + A1:2009, MT 11:1977, BS EN 388:2003; Marcas de referência: Super Safety, Mucambo, Volk. Os tamanhos serão definidos no ato da ordem de entrega da compra.	120 par	Entre os tamanhos: P, M, G e XG	
15	Óculos de segurança constituídos de arco de material plástico (náilon) com meia-proteção nas bordas, um pino central e duas fendas nas extremidades da armação utilizadas para o encaixe de visor confeccionado em policarbonato com um furo central para encaixe do pino do arco, apoio nasal e protetor lateral injetado do mesmo material do visor com uma fenda em cada extremidade para o encaixe no arco, hastes tipo espátula confeccionadas do mesmo material do arco e constituídas de duas peças: semi-haste vazada com uma das extremidades presas ao arco por meio de parafuso metálico e outra	120 unidades	Único	



	semi-haste vazada que se encaixa na se haste anterior e permite regulagem tamanho. Marcas de referência: Jaguar, Kalipso, P Fer. Características técnicas: - Proteção: UVA E UVB; - Filtro: 99,9%; - Visor: incolor, proteção contra impactos; - Tamanho: único; - Vedação: lateral; - Armação: nylon.	de			
16	Cavalete de sinalização ("Piso escorregad "piso molhado"), recomendado p sinalização temporária com probabilidade riscos de acidentes, confeccionado polipropileno injetado de alta visibilida dobravéis em dimensões aproximadas 60cm x 30cm.	ara de em 12 unidades de,	Único		
				VALOR TOTAL	



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO VIII

PREGÃO ELETRÔNICO № 027/2021

MINUTA DE CONTR	ATO FORNECI	MENTO N° OXX	/2021	
	QUE ENTRE JOÃO	CONTRATO DI SI CELEBRAM NEIVA	O MUNICÍ E	
O MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA, pessoa Vargas, nº 157, Centro, João Neiva/ES, i representado pelo Exmo. Prefeito, o denominado CONTRATANTE e de outr sede, CNPJ nº	nscrita no CNP Srº. Paulo Séi o lado a empre por se e CI mento do PRE dade competen os nº XX/2021	J nº 31.776.479, rgio De Nardi, esa Empresa eu representan, de ora em GÃO ELETRÔN te no processo , têm entre si, j	/0001-86, n de ora em te legal diante deno ICO Nº 027 o n° 1.679/ ustos e con	n diante, com ominada 7/2021, /2021 e tratados,
CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO C 1.1. Constitui objeto do presente contr proteção individual (EPI's) para atender Auxiliar de Serviços Gerais e Server Instituições de Ensino da Rede Pública Prefeitura. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO 2.1. O Valor Global do presente contrat unitário constante no ANEXO ÚNICO.	rato a aquisição r os servidores o ntes na Secre a Municipal de	que atuam na fu taria Municipal João Neiva e n	nção de Mer de Educaç as dependê	rendeira, ção, nas ncias da

- 2.2. O preço acima referido, constante do resultado final do processo licitatório em referência, deverá se manter fixo e irretratável, exceto nos casos previstos em lei.
- 2.3. No preço já estão incluídas as despesas com direitos trabalhistas, encargos sociais, impostos e taxas ou fretes, que incidam ou venham a incidir, relacionados com a prestação dos serviços e todas as despesas necessárias à perfeita conclusão do objeto licitado.



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DA ENTREGA

- 2.1. A administração não estará obrigada a adquirir os produtos da detentora da Ata de Registro de Preços, mas quando o fizer, poderá vir a requisitar quantidade equivalente à no mínimo 10% (dez por cento) do item registrado;
- 2.2. Sempre que julgar necessário, a Contratante solicitará, durante a vigência da ARP, o fornecimento dos produtos registrados, na quantidade necessária, mediante a entrega da Ordem de Fornecimento;
- 2.3. Os produtos deverão ser apresentados após Ordem de Compra emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de João Neiva, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos**, no Almoxarifado Central, localizado na Av. Presidente Vargas, nº 157, Centro, nesta cidade, no horário de 7:00 às 10:30 e 12:30 às 16:00, de segunda a sexta-feira;
- 2.4. Todas as despesas com transporte, carregamento e descarregamento dos produtos será por conta da contratada.
- 2.5. Todo material, objeto deste Termo, deverá ter garantia mínima de 01 (um) ano.

CLAÚSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

- 4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30(trinta) dias, contados do recebimento das Notas Fiscais.
- 4.2. A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura com descrição do objeto descriminada e acompanhada da autorização de fornecimento do mesmo.
- 4.3. As notas fiscais deverão vir acompanhadas de cópia da Certidão de Regularidade, sob pena de suspensão do pagamento, caso a empresa encontrar-se irregular.
- 4.4. O pagamento somente será efetivado depois de verificada a regularidade fiscal da empresa, ficando a contratada ciente de que as certidões apresentadas no ato da contratação, deverão ser renovadas no prazo de seus vencimentos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1. As despesas inerentes a este contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação a saber:

SEMED

Órgão: 025 – Unidade: 101 – Programa de trabalho: 1212200020.003 Elemento de Despesa: 33903000000 – Fonte: 11110000 - Ficha: 252

SEMAD

Órgão: 021 - Unidade: 101 - Programa de trabalho: 0412200022.003

Elemento de Despesa: 33903000000 - Fonte: 10010000000 - Ficha: 0000048



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência do contrato será até 31/12 do ano exercício, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Constituem obrigações da **CONTRATADA**, dentre outras:
- a) Entregar os materiais, objeto do presente contrato, no prazo e local definidos neste documento;
- b) Fornecer os materiais em conformidade com as especificações técnicas definidas neste contrato;
- c) Custear todas as despesas com transportes e entrega dos materiais;
- d) Assumir o ônus pelos custos diretos e indiretos que incidam sobre a entrega dos materiais;
- e) Responsabilizar-se pelos danos que causar a Prefeitura Municipal de João Neiva ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do certame licitatório;
- f) Comunicar por escrito ao órgão gerenciador, a ocorrência de qualquer fato ou condição que venha a afetar os prazos de entrega dos materiais, bem como qualquer anormalidade relacionada com a execução;
- g) Permitir que os materiais sejam fiscalizados no ato de sua entrega;
- h) Substituir no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, os materiais que vier a ser recusados por não atenderem as especificações técnicas exigidas, quantitativo, qualidade e as amostras apresentadas e aprovadas;
- i) Emitir Nota Fiscal no ato da entrega dos materiais;
- j) Manter durante toda a execução do processo, em compatibilidade com as obrigações aqui assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Constituem obrigações da **CONTRATANTE**, dentre outras:
- a) Convocar a adjudicatária para assinatura do contrato;
- b) Os pagamentos à CONTRATADA serão feitos até 30 (trinta dias), contados a partir da apresentação da nota fiscal, devidamente atestada e aceita pelo setor responsável e apresentação das certidões exigidas na Habilitação, devidamente atualizadas;
- c) Efetuar os pagamentos na forma e condições constantes;
- d) Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos, de acordo com a ordem de fornecimento, comunicando a CONTRATADA as ocorrências que a seu critério exijam medidas corretivas:
- e) Proceder a avaliação dos produtos fornecidos, após verificação de sua quantidade, qualidade, especificações e as amostras apresentadas e aprovadas;
- f) Dar o devido recebimento aos produtos fornecidos, após verificação da sua quantidade, qualidade, especificações e de conformidade com as amostras apresentadas e aprovadas;



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

g) Fornecer, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-los nos casos omissos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- 9.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do (s) produto (s), sujeitando-se às penalidades constantes no art. 7ª da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993, a saber:
- 9.2. A inexecução parcial ou total do Contrato ensejará a rescisão do contrato, suspensão ou a imposição da declaração de idoneidade para licitar e contratar com o Município e multa, de acordo com a gravidade da infração:
- 9.3. Multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso do não cumprimento do objeto contratado;
- 9.4. Multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso sobre o valor da parte do serviço não executado;
- 9.5. Multa de 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do serviço não realizado, por cada dia subsequente ao 30º (trigésimo).
- 9.6. O Valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto fornecido com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes. As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- 9.7. Para fins práticos, lista-se abaixo as sanções administrativas com especificação das condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, que serão adotadas e aplicadas por esta Municipalidade, com os devidos acréscimos, podendo acumular as penas até o limite de 05 (cinco) anos:

Item	CONDUTA PRATICADA PELA LICITANTE OU	DOSIMETRIA APLICÁVEL
	CONTRATADA	
a	Deixar de entregar documentação exigida para o	6(seis) meses
	certame	
b	Não celebrar o contrato ou a ata de registro de	12 (doze) meses e multa de
	preços, quando convocado dentro do prazo de	5% (cinco por cento) do valor
	validade de sua proposta	a ser contratado ou registrado
С	Apresentar documentação falsa	40 (quarenta) meses
d	Apresentar declaração falsa	36 (trinta e seis) meses
е	Não manter a proposta	6 (seis) meses
f	Falhar na execução do contrato	24(vinte quatro) meses



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

g	Fraudar na execução do contrato	30 (trinta) meses
h	Comportar-se de modo inidôneo	36 (trinta e seis) meses
i	Cometer fraude fiscal	40 (quarenta) meses
j	Recusa quanto ao fornecimento do material ou	24(vinte e quatro) meses
	serviço	
1	Conluio no certame	36 (trinta e seis) meses
m	Fraude no certame	36 (trinta e seis) meses
n	Adulteração de documentos do certame	36 trinta e seis) meses

- 9.8. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 109 da Lei n^{o} 8.666/1993;
- 9.9. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela PMJN após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia;
- 9.10. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- 9.11. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993;

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO

- 10.1. A inexecução total ou parcial, do contrato ensejará sua rescisão nos termos dos artigos 78 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.
- 10.1.1. Ficam reconhecidos os direitos da Administração, em caso da rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 11.1. A fiscalização do contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação através do servidor designado por Portaria específica.
- 11.2. Os procedimentos para fiscalização serão exercidos de acordo com a Lei 8.666/93:
 - Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

TI DE MAIO DE 1988

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

§1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. De acordo com o § 1º, Art. 65 da Lei de Licitações - Lei 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Fica eleito o foro da Comarca de João Neiva, Estado do Espirito Santo com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as causas resultantes deste instrumento.
- 13.2. As partes declaram estar de pleno acordo com as condições do contrato, firmando-o em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que abaixo se identificam e assinam.

João Neiva/ES XX de XXXXXXXX de 2021.

MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA CONTRATANTE

SECRETRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GESTORA DO CONTRATO

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:		
1. NOME:	2. NOME:	



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO ÚNICO

ITEM	IMAGENS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	TAMANHO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01		CALÇA em brim 100% algodão, com elástico total, braguilha postiça, com 2 bolsos tipo faca frontais, feminina cor branca.	300 peças	40 a 54		
02		CAMISA em tecido 100% algodão, manga curta, sem bolso, cor branca, com o brasão da Prefeitura Municipal de João Neiva estampado do lado esquerdo.	400 peças	P M G GG EXG		
03		TOUCA para proteção capilar na cor branca confeccionada em tela de malha flexível de alta durabilidade, com aba em tecido de algodão, com amarras ajustáveis na parte traseira.	150 peças	Único		
04		CALÇADO DE SEGURANÇA tipo sapato nas cores branca e preta, com fechamento em elástico, confeccionado em couro hidrofugado, colarinho acolchoado, forro interno na gáspera e no cano em tecido com tratamento antimicrobiano, palmilha antibacteriana, solado bidensidade, aprovado contra agentes abrasivos, escoriantes e contra umidade proveniente de operações com	200 pares	34 a 43		



	uso de água.			
05	CALÇADO OCUPACIONAL constituída de policloreto de vinila (PVC), na cor branca, cano médio (25 cm), com forração interna, montagem do solado resistente à ação de óleo combustível com propriedades antiderrapantes.	100 pares	35 a 43	
06	LUVA DE PROTEÇÃO TÉRMICA para trabalhos com altas temperaturas, confeccionada em tecido retardante à chamas, com tratamento impermeabilizante que não permite que líquidos transpasse para o interior da luva, resistente à temperaturas de até 350°, aprovada para proteção dos usuários contra agentes térmicos (calor radiante, calor convectivo, calor de contato e pequenas chamas) e respingos.	100 pares	Único	
07	LUVAS DE SEGURANÇA DE LATEX confeccionada com látex de borracha natural, lisa internamente, forma anatômica, com palmas antiderrapantes para destreza no manuseio de materiais, de espessura entre que 0,45mm e 0,55mm, e comprimento de 30cm.	200 pares	P M G	



08	AVENTAL TERMICO DE SEGURANÇA para trabalhos na cozinha utilizado em temperaturas de até 250°C, confeccionado em tecido retardante a chamas, ajustáveis ao ronco e pescoço através de tiras do mesmo material, costurado com linha retardante a chamas, com dimensões aproximadas de 1,20m x 0,70m, aprovado com proteção do tronco do usuário contra agentes térmicos como respingos de líquidos quentes, vapor e calor provenientes de atividades com alimentos.	100 peças	Único	
09	AVENTAL PVC confeccionado em policloreto de vinila (PVC), forro em poliéster, cor branca, tiras soldadas eletronicamente, com amarras ajustáveis no tronco e pescoço, dimensões 1,20m x 0,70m, aprovado para proteção do tronco contra umidade proveniente de operações com uso de água.	100 peças	Único	
10	OCULOS DE SEGURANÇA, constituído de um arco de material plástico com fenda em cada extremidade, com visor de policarbonato incolor, com apoio nasal e proteção lateral injetada. semihaste que permite o ajuste do tamanho	150 peças	Único	



AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 3258-4700 – FAX (27) 3258-4724 CEP: 29680-000 – JOAO NEIVA – ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

11	CUIDADO CAUTION PISO MOLHADO WETPLOOR	CAVALETE DE SINALIZAÇÃO (Piso Escorregadio), confeccionado em polipropileno injetado de alta resistência, na cor amarela de alta visibilidade, dobráveis em dimensões aproximadas de 0,60m x 0,30m, recomendada para sinalização temporária com probabilidade de riscos de queda de pessoas.	100 peças	Único		
					VALOR TOTAL	1

SEMAD - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	IMAGENS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	TAMANHO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12		Calçado ocupacional de uso profissional tipo sapato, na cor branca, fechamento em elástico, confeccionado em couro hidrofugado curtido ao cromo, palmilha de montagem em material sintético montada pelo sistema strobel, biqueira para conformação, solado de poliuretano bidensidade antiderrapante injetado diretamente no cabedal, sistema de absorção de energia na região do salto. Marcas de referência: Marluvas, Bracol, Kadesh.	100 pares	Entre os tamanhos: 34 a 44		
13		Calçado ocupacional constituída de policloreto de vinila (PVC), na cor branca, cano médio de aproximadamente (25 cm), com forração interna, montagem solado resistente à ação de óleo combustível com propriedades antiderrapantes resistentes a óleo combustível.	50 par	Entre os tamanhos: 34 a 44		



	Marcas de referência: Fujiwara, Innpro, Supermax. Os tamanhos serão definidos no ato da ordem			
14	de entrega da compra. Luva Látex na cor Amarela, elaborada em Látex Natural, cobertura interna feita com flocos de algodão, contém antiderrapante em forma de colmeia na face palmar. Desenvolvidas para proteção das mãos contra contatos de produtos químicos, indicada para higienização, construção civil, jardinagem e paisagismo. As Luvas devem ser laváveis, permitindo a utilização várias vezes, com forro interno absorvente do suor produzido. Espessura: 0,60mm; Comprimento: 31cm; Testado e aprovado pelas Normas: BS EN 420:2003 + A1:2009, MT 11:1977, BS EN 388:2003; Marcas de referência: Super Safety, Mucambo, Volk. Os tamanhos serão definidos no ato da ordem de entrega da compra.	120 par	Entre os tamanhos: P, M, G e XG	
15	Óculos de segurança constituídos de arco de material plástico (náilon) com meia-proteção nas bordas, um pino central e duas fendas nas extremidades da armação utilizadas para o encaixe de visor confeccionado em policarbonato com um furo central para encaixe do pino do arco, apoio nasal e protetor lateral injetado do mesmo material do visor com uma fenda em cada extremidade	120 unidades	Único	



constituídas de duas peças: semi-haste vazada com uma das extremidades presas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste vazada que se encaixa na semi-haste anterior e permite regulagem de tamanho. Marcas de referência: Jaguar, Kalipso, Poli-Fer. Características técnicas: - Proteção: UVA E UVB; - Filtro: 99,9%; - Visor: incolor, proteção contra impactos; - Tamanho: único; - Vedação: lateral; - Armação: nylon.				
Cavalete de sinalização ("Piso escorregadio", "piso molhado"), recomendado para sinalização temporária com probabilidade de riscos de acidentes, confeccionado em polipropileno injetado de alta visibilidade, dobravéis em dimensões aproximadas de 60cm x 30cm.	12 unidades	Único	VALOD TOTAL	
	vazada com uma das extremidades presas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste vazada que se encaixa na semi-haste anterior e permite regulagem de tamanho. Marcas de referência: Jaguar, Kalipso, Poli-Fer. Características técnicas: - Proteção: UVA E UVB; - Filtro: 99,9%; - Visor: incolor, proteção contra impactos; - Tamanho: único; - Vedação: lateral; - Armação: nylon. Cavalete de sinalização ("Piso escorregadio", "piso molhado"), recomendado para sinalização temporária com probabilidade de riscos de acidentes, confeccionado em polipropileno injetado de alta visibilidade, dobravéis em dimensões aproximadas de	arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste vazada que se encaixa na semi-haste anterior e permite regulagem de tamanho. Marcas de referência: Jaguar, Kalipso, Poli-Fer. Características técnicas: - Proteção: UVA E UVB; - Filtro: 99,9%; - Visor: incolor, proteção contra impactos; - Tamanho: único; - Vedação: lateral; - Armação: nylon. Cavalete de sinalização ("Piso escorregadio", "piso molhado"), recomendado para sinalização temporária com probabilidade de riscos de acidentes, confeccionado em polipropileno injetado de alta visibilidade, dobravéis em dimensões aproximadas de	vazada com uma das extremidades presas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste vazada que se encaixa na semi-haste anterior e permite regulagem de tamanho. Marcas de referência: Jaguar, Kalipso, Poli-Fer. Características técnicas: - Proteção: UVA E UVB; - Filtro: 99,9%; - Visor: incolor, proteção contra impactos; - Tamanho: único; - Vedação: lateral; - Armação: nylon. Cavalete de sinalização ("Piso escorregadio", "piso molhado"), recomendado para sinalização temporária com probabilidade de riscos de acidentes, confeccionado em polipropileno injetado de alta visibilidade, dobravéis em dimensões aproximadas de	vazada com uma das extremidades presas ao arco por meio de parafuso metálico e outra semi-haste vazada que se encaixa na semi-haste anterior e permite regulagem de tamanho. Marcas de referência: Jaguar, Kalipso, Poli-Fer. Características técnicas: - Proteção: UVA E UVB; - Filtro: 99,9%; - Visor: incolor, proteção contra impactos; - Tamanho: único; - Vedação: lateral; - Armação: nylon. Cavalete de sinalização ("Piso escorregadio", "piso molhado"), recomendado para sinalização temporária com probabilidade de riscos de acidentes, confeccionado em polipropileno injetado de alta visibilidade, dobravéis em dimensões aproximadas de